

Catástrofe de Estado

Fernando Balthazar de Lima

Depois de enterrados os mortos e enxutas as águas, a sociedade moçambicana interroga-se agora sobre os muitos porquês da catástrofe que arrasou grande parte do sul do país.

Tragédias são algo a que Moçambique está acostumado. As estimativas conservadoras apontam para 2 milhões de pessoas afectadas, mas a grande seca dos anos oitenta atingiu 4,3 milhões de moçambicanos. Tal como a crise provocada pela ausência de chuva e comida trouxe mais de uma centena de ONG para Moçambique, as chuvas diluvianas de Fevereiro fizeram convergir, no apoio à catástrofe, efectivos de onze exércitos, 53 aeronaves, mais de 1400 "profissionais de crises".

E se o cidadão comum agradece todos os grãos de milho que lhes chegam em pássaros de aço tripulados por esforçados loiros musculados, as elites interrogam-se sobre soberania e o Governo que, mais uma vez, parece não estar "ao volante do processo".

É que, se face à dimensão da tragédia, o recurso à ajuda externa era a única solução possível, não deixou de chocar muitos moçambicanos a passividade do Governo, a começar pelas suas forças de defesa e segurança e a própria sociedade que assistiu à hecatombe de braços caídos, num país com tradições de solidariedade para locais tão distantes como Timor-Leste, o Sahara Ocidental ou El Salvador.

O exército, no seu primeiro grande desafio depois da unificação de forças resultantes do Acordo de Paz de Roma, mostrou todas as mazelas que se lhe adivinhavam desde a sua activação em 1994. Enquanto as altas patentes insistiam que "os homens e meios estavam no terreno", os primeiros sinais da sua presença vieram a lume pela negativa. A população no Xai-Xai acusava militares de se envolverem no roubo de gado e outros pertences, abandonados na cidade baixa, parcialmente submersa. Em Maputo, a polícia que a cada esquina espreita os transeuntes exigindo documentos identificativos ou os automobilistas em irritantes operações auto-stop, desapareceu como por encanto, quando era necessário dar alguma ordem ao caos que se estabeleceu depois das primeiras enxurradas em Fevereiro. O Chókwé (antiga Trigo de Morais), porventura a cidade mais martirizada pelas cheias no vale do rio Limpopo, esteve vários dias "liderada" por uma equipa de voluntários dos "Médicos sem Fronteiras" e irmãs de uma congregação religiosa. Os representantes governamentais estavam algures na capital do país.

No aeroporto de Maputo, os burocratas de serviço, pareciam mais preocupados em cobrar taxas aos helicópteros de auxílio sul-africanos que agilizar as suas missões de socorro às populações empoleiradas na copa das árvores, algumas dezenas de quilómetros mais a norte. Com a impaciência dos vários contingentes multinacionais em crescendo, tornou-se inevitável o abrir mão da coordenação para os organismos internacionais, mesmo que para consumo da opinião pública interna se insistisse que o director do "gabinete das calamidades naturais" estava firme no seu posto, o mesmo que anteriormente havia sido dito a propósito de soldados e polícias.

De braços caídos

Em 25 anos de independência, o país fez a "guerra do Smith" (as incursões do exército rodesiano), a "guerra dos boers" (os ataques da África do Sul), enfrentou a praga dos "bandidos armados" (como era designada a Renamo), perdeu um líder carismático e embarcou num programa radical de transformações políticas e económicas. Foi um país, literalmente, de braços caídos que enfrentou o dilúvio de Fevereiro-Março.

E, como vai sendo hábito em situações de crise, mais uma vez se lembrou Samora Machel, ele, tal como Chissano um homem de Gaza, a região mais duramente atingida pelas cheias. Poucos analistas o fazem notar, porque "politicamente incorrecta" na actual conjuntura interna e externa, mas a morte de Samora em 1986, não encerrou apenas um capítulo na história recente do país. A primeira geração de quadros pós-independência afastou-se ou foi afastada do Aparelho de Estado nos anos seguintes, algumas das mais sólidas referências da luta de libertação foram "reformadas extemporaneamente".

A ganhar ficou o sector privado, onde está hoje a "nata" do antigo Aparelho de Estado e os organismos internacionais, onde pontificam um número apreciável de antigos ministros da fase áurea da independência. Os gabinetes anexos aos ministros, secretários de estado e directores, esvaziaram-se de assessores do Leste e militantes da utopia para serem preenchidos por consultores enviados pelas instituições de Bretton Woods e pelas democracias ocidentais. Os que, na penumbra discreta, partilham com os actuais governantes, os sucessos económicos a dois dígitos que o FMI reclama para Moçambique.

Esta é uma das primeiras conclusões a retirar das cheias. Aparte da boa prestação mediática de Chissano e o domínio dos números-chave patenteado pela ministro das Finanças, o governo revelou uma enorme fragilidade: no controlo, na coordenação das operações, o tal "lugar ao volante" que os doadores insistem em atribuir aos moçambicanos. O caso mais paradigmático foi o próprio Instituto Nacional de Gestão das Calamidades (INGC), uma estrutura que absorveu largos milhões de dólares dos doadores para formação profissional, bases de dados informatizadas, meios de transporte e comunicações, e que foi claramente preterida pelo auxílio internacional mais sensibilizado com o voluntarismo da Cruz Vermelha local.

Que fazer?

Na cidade de Maputo, o primeiro local a ser afectado pela violência das chuvas, a primeira análise indica que os maiores danos foram causados por anos de desleixo e crescimento caótico. O sistema de drenagem construído pela cooperação holandesa e que pôs fim ao alargamento cíclico dos bairros suburbanos, está parcialmente inoperacional por falta de manutenção. Mais grave, algumas das valas laterais foram destruídas pela construção de casebres para refugiados de guerra. As zonas de arborização para consolidação de encostas ou mesmo para a produção de carvão, foram transformadas em áreas residenciais.

O pós-guerra não se traduziu em vontade política e programas suficientemente mobilizadores para fazer regressar ao campo milhares de camponeses que procuraram na cidade, o mínimo de estabilidade que não tinham no campo. Advoga-se que é agora, depois da catástrofe, que é necessário ter coragem para operar as mudanças que há muito deveriam ter sido feitas.

A erosão e o desflorestamento dos solos junto às margens dos rios explicam também parcialmente a dimensão da catástrofe nas zonas rurais, pois os terrenos desarborizados canalizaram mais facilmente as águas para o leito dos rios e ribeiras.. Ironicamente, as barragens construídas a montante de território moçambicano nos últimos vinte anos, também explicam os caudais enormes que foram descarregados sobre as planícies de Gaza e Maputo por onde correm os rios

Umbelúzi, Incomati e o Limpopo. Numa crítica velada à SADC, a Comunidade Económica da África Austral, analistas referiram que as estruturas regionais deveriam concentrar mais esforços na resolução de questões práticas como são os planos de prevenção às calamidades naturais e menos "em política", em exercícios de poder e campanhas militares. Foi notado que os meios aéreos de Angola e do Zimbabwe não puderam ser utilizados no auxílio às vítimas das cheias por estarem a ser utilizados em operações militares.

As cheias também expuseram mais as assimetrias do desenvolvimento em Moçambique. Com o seu parque industrial concentrado nos arredores de Maputo, bastaram alguns dias de chuvas torrenciais para deixar grande parte do PIB moçambicano debaixo de água. Com as estradas literalmente cortadas com o Norte e com as fronteiras da Swazilândia e África do Sul, os abastecimentos à cidade foram garantidos pela abertura de emergência da "auto-estrada privada", ainda em fase de construção, e que ligará a capital à província sul-africana de Mpumalanga. Enquanto os organismos internacionais faziam convergir sobre Maputo e Beira auxílio alimentar de emergência, no norte de Moçambique 30 mil toneladas de cereais correm o risco de apodrecer, pois os circuitos de comercialização funcionam com grandes deficiências, e os preços do milho são mais altos ali do que a oferta sul-africana. Com uma aposta política em províncias como a Zambézia e Nampula (não afectadas pelos temporais do princípio do ano), seria possível abastecer com sucesso as zonas afectadas pelas calamidades com campanhas agrícolas de segunda época.

A comunidade empresarial levanta outros problemas. A onda de solidariedade internacional, se é positiva, é também um sério revés para as actividades produtivas nacionais. Os produtos vindos do exterior - alimentos ou equipamentos - são distribuídos a título gratuito, ou mesmo quando desviados para circuitos paralelos, acabam por funcionar como concorrência à actividade empresarial local, funcionando em moldes tradicionais e obrigada a pagar impostos. É que onde há uma ONG a distribuir roupa ou sementes, deixa de fazer negócio o comerciante, onde há aviões mobilizados do exterior para trabalhar na emergência, deixa de haver contratos para as companhias nacionais, sobrecarregadas com encargos e ainda não refeitas dos ajustamentos económicos do pós-guerra. É o país de novo a funcionar em dois andamentos.

Em 1976, nas cheias de Gaza, fechou-se a Universidade em Maputo e os estudantes foram mandados para o campo ajudar as populações. Vinte e quatro anos depois, o Estado, apesar a água e dos mortos, nem o luto nacional decretou. Em Maputo e na Zambézia o luto não chegou para impedir os bailes de Carnaval.